



TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES AUXILIARES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A EMPRESA ALBINA CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA.

PROCESSO N.º 01.003.753.10.58

PBH
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
REGISTRADO

Livro nº: 121 Folha nº: 01
Data: 24/05/10 Nome: Daura - 91662-9

O Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Finanças, José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, com delegação de competência estabelecida no artigo 65, do Decreto n.º 10.710/01, presente o Procurador Geral do Município, Marco Antônio de Rezende Teixeira, doravante denominado CONTRATANTE, rescinde, unilateralmente, o Contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação e atividades auxiliares, processo n.º 01.003.753.10.58, celebrado, em caráter de emergência, com a empresa Albina Conservação e Serviços Técnicos Ltda., estabelecida na Rua Sabará, n.º 26 – Bairro Floresta, CEP: 31.110-270, nesta capital, CNPJ: 01.379.954/0001-10, representada por Eugênio Carlos da Silva Dias, CI: M-2.104.452, CPF: 537.100.885-15, e Júlio Cesar da Silva Dias, CI: M-2.104.448, CPF: 480.639.326-68, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições


CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO


Constitui objeto do presente instrumento a rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços de limpeza, conservação e atividades auxiliares para o Município de Belo Horizonte, celebrado entre o Município de Belo Horizonte e a empresa Albina Conservação e Serviços Técnicos Ltda., nos termos do inciso I, do artigo 79 e com fundamento no inciso II, do artigo 78, ambos da Lei n.º 8.666/93 e Cláusula Décima Primeira do contrato, **a partir de 26 de março de 2010**, tendo em vista o não cumprimento de cláusulas contratuais, em especial as de pagamento do salário e benefícios dos empregados, a não regularização da situação até a presente data e os efetivos prejuízos ao perfeito funcionamento de serviços indispensáveis à Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

Fica ressalvada a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no contrato, seus aditivos e na Lei n.º 8.666/93.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2010.


José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Secretário Municipal de Finanças


Marco Antônio de Rezende Teixeira
Procurador Geral do Município
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Procuradora Geral Adjunta do Município